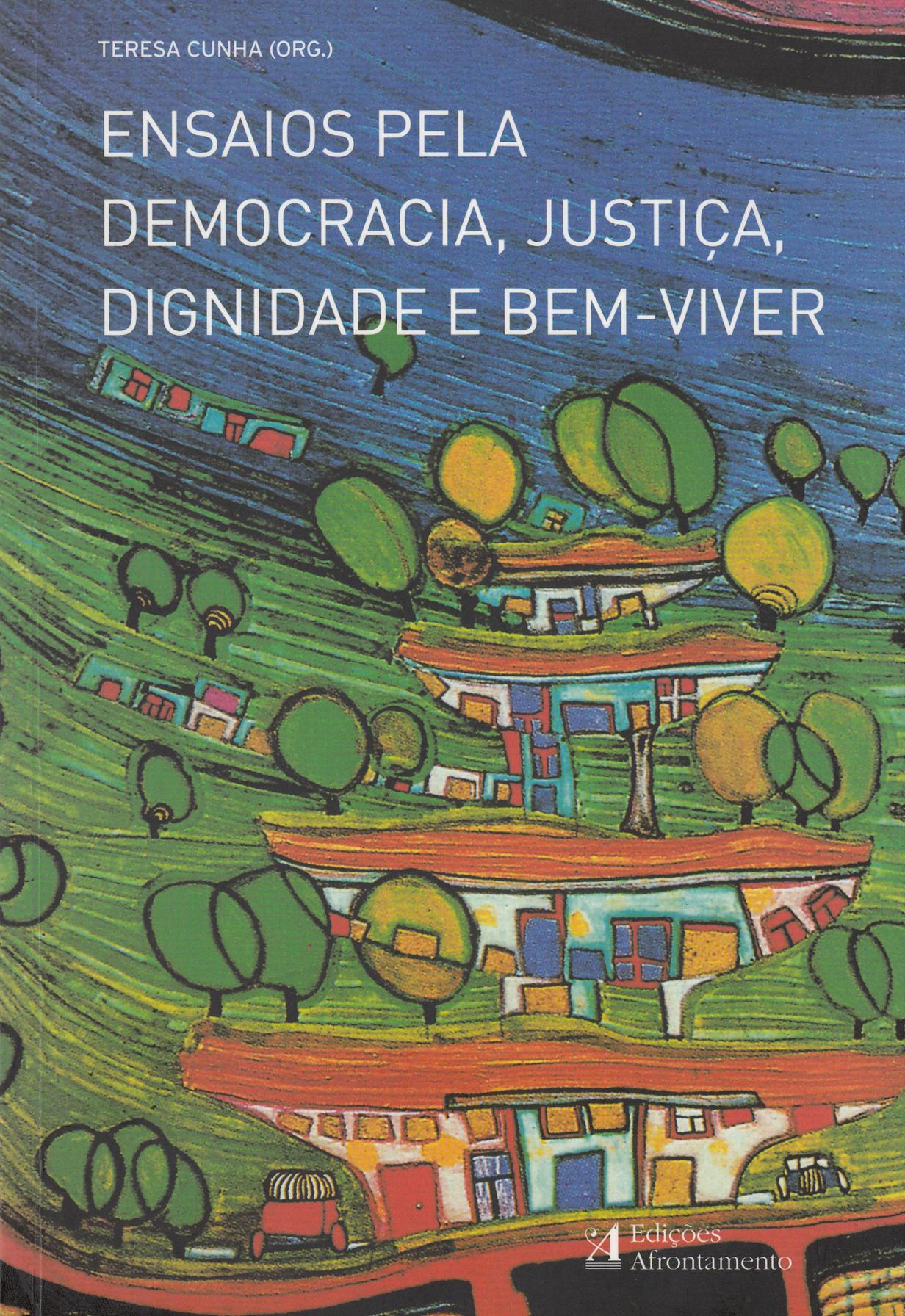


TERESA CUNHA (ORG.)

ENSAIOS PELA DEMOCRACIA, JUSTIÇA, DIGNIDADE E BEM-VIVER



Teresa Amal
(Coordenação)

**ENSAIOS
PELA DEMOCRACIA.
JUSTIÇA, DIGNIDADE
E BEM-VIVER**

Edições Afrontamento

Título: Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver

Coordenadora: Teresa Amal

© 2011,

Capa:

Edição: Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos/

N.º de edição:

ISBN: 978-989-95306-5-2

Depósito legal:

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

?????????? de 2011

Índice

Apresentação, por Denise Leite.....

PARTE I

Justiça, dignidade e bem-viver: críticas aos modelos neoliberais de desenvolvimento e democracia

Desenvolvimento económico: liberalismo ou liberdade de escolha, por Sara Rocha....

A economia dominante é insustentável, por Alberto Melo.....

A Economia confundida e os seus limites, por José Castro Caldas

A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais, por Teresa Cunha

PARTE II

A desobediência civil de um olhar: ensaios pela democracia, justiça, dignidade e bem viver

Fotografias de Miguel Mesquita.....

PARTE III

Territórios e alternativas em acção

Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas suburbanas da cidade de Maputo. Um texto revisitado, por Teresa Cruz e Silva.....

O pescador de bocadinhos de futuro que pesca, por José João Rodrigues

O mercado solidário: um caminho a percorrer, por Priscila Soares

Da crise da democracia liberal aos novos experimentalismos democráticos – os orçamentos participativos, por Nélson Dias

O Poder de Pensar, Sentir, Dizer e Fazer, por Sandra Silvestre.....

O papel das redes sociais locais nas economias solidárias. O caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro, por Raquel Azevedo

Biografia dos autores/as

A ECONOMIA CONFUNDIDA E OS SEUS LIMITES

José Castro Caldas

1. INTRODUÇÃO

A população mundial que nos primeiros mil anos da era cristã cresceu, segundo as estimativas¹, menos de 50%, aumentou, entre 1800 e o ano 2000, cerca de 650%. Entre 2000 e 2050 prevê-se uma expansão adicional de 46% (ver quadro 1)². Esta explosão demográfica sem precedente na história da humanidade foi sustentada por um crescimento económico também sem paralelo, ainda maior que o da população. Entre 1820 e 2000 estima-se que a produção média por pessoa tenha aumentado 6 vezes (contra 1,3 vezes nos 320 anos anteriores)³.

Quanto à evolução demográfica futura pouco ou nada sabemos, a não ser que estamos a caminhar para um limite que tanto pode ocorrer segundo as projecções da UN tanto em 2060 (com cerca 9 100 milhões de pessoas no mundo) como depois do ano 2300 (com mais de 36 000 milhões). Não sabemos também se esse máximo será atingido devido à quebra da fertilidade ou simplesmente porque se chegou à fronteira da capacidade de carga do planeta.

O crescimento demográfico e o da economia que o sustentou nos últimos duzentos anos são, não só «anómalos» na história da humanidade, como insustentáveis. Nunca como hoje a consciência dos limites do crescimento foi mais aguda.

No entanto, as gerações actuais não são as primeiras a confrontar-se com a

(1) US Census Bureau, Historical Estimates of World Population, <http://www.census.gov/ipc/www/worldhis.html>

(2) United Nations (2004), Department of Economic and Social Affairs, Population Division, «World Population to 2300», <http://www.un.org/esa/population/publications/longrange2/WorldPop2300final.pdf>

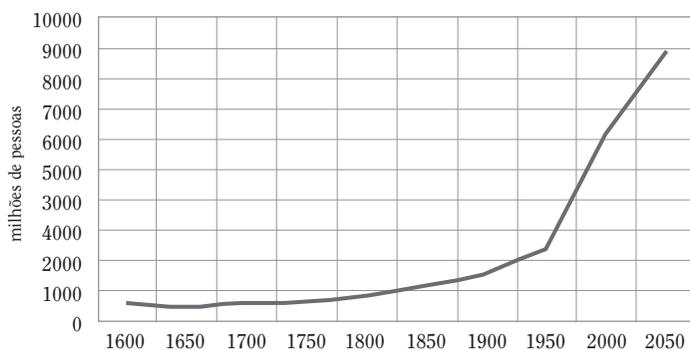
(3) Beaud, Michel (2010), *Histoire du Capitalisme*, Paris: Editions Du Seuil, p. 391.

ideia de limites demográficos e económicos. A percepção de uma caminhada para a estagnação ou para o «estado estacionário» esteve sempre presente na tradição da economia política de Adam Smith a Thomas Malthus e David Ricardo. O «estado estacionário», para os economistas políticos clássicos, era concebido como uma ameaça que ensombrava «o progresso», por eles imaginado como crescimento demográfico e enriquecimento. Para eles, a principal missão da economia política era precisamente esconjurar, ou pelo menos adiar, o fim do crescimento e manter aberta a via para o enriquecimento progressivo das nações.

A ideia de Economia como ciência ao serviço do enriquecimento que tem origem na economia política do iluminismo chegou até nós e hoje convive mal com a tomada de consciência dos limites do crescimento. O «progresso», tal como o concebiam os economistas políticos clássicos deixou de ser uma finalidade única e inquestionada. Desse modo, passou a estar em causa o próprio sentido de «economia» na dupla acepção da palavra (como saber e como objecto desse saber). Que fins deve então a Economia (como saber) prosseguir? Como é que as actividades de provisão podem ser postas ao serviço desses fins?

O sentido de «economia» e os fins que lhe conferem sentido são o assunto de que trata este texto.

Quadro 1: População Mundial (1600-2050)



Fontes: US Census Bureau, Historical Estimates of World Population (até 1950), United Nations Department of Economic and Social Affairs (depois de 1950, com projecção até 2050)

2. O SENTIDO DE ECONOMIA

Há mais de dois mil anos, Aristóteles falava já de «economia»⁴. Para ele a economia era a actividade social que tinha como objectivo a provisão dos bens necessários ao «bom viver», isto é, à vida feliz e virtuosa na comunidade política (*polis*).

(4) Aristóteles, *Política*, Lisboa: Vega, 1998.

Para compreender o significado de economia, Aristóteles pensava ser importante distingui-la da arte de aquisição de bens que ele designava por *crematística*.

Aristóteles constatava que para «viver bem» os indivíduos e as comunidades precisam em primeiro lugar de poder viver, isto é, necessitam de dispor de bens económicos. Considerava portanto que havia um tipo de aquisição de bens – de *crematística* – que fazia parte da economia e considerava-a «natural». Mas, ao mesmo tempo, sublinhava que era importante diferenciar esta *crematística* «natural» de uma outra *crematística*, «artificial», que consistia em acumular riqueza e propriedades sem limites. Este segundo tipo de *crematística* era estranho à economia e inimiga da virtude e da «vida boa». O que distinguia uma e outra *crematística* eram os fins: enquanto a primeira (natural) tinha como finalidade prover a riqueza (limitada) necessária à «vida boa» a segunda (artificial) estava ao serviço da acumulação (ilimitada) de bens e propriedade.

É importante notar que Aristóteles sentia, ou pressentia, que a invenção da moeda e a intensificação das trocas comerciais intercomunitárias traria consigo uma tendência para a degenerescência da *crematística* natural na sua forma artificial, para a confusão das duas formas de *crematística* e para a dissolução da economia nesta *crematística* confundida.

A moeda fora inicialmente criada para facilitar as trocas. Era na origem um artefacto ao serviço da *crematística* natural já que permitia substituir a troca directa daquilo que se tinha em excesso, o excedente, por outras coisas que outros possuíam e não necessitavam, por uma troca mediada por dinheiro, mais fácil e expedita⁵.

Acontece, no entanto que o dinheiro adquiria no processo das trocas, propriedades que não estavam inscritas na sua função original: transformava-se, por um lado, numa reserva de valor – podia ser acumulado, com vantagem sobre a maioria dos bens que são perecíveis, para ser utilizado no futuro – e tendia a transformar-se numa medida de valor de todas as coisas, num comensurante não só de bens que queremos que sejam mercadorias, como de outros bens que gostaríamos de manter desligados do comércio.

Ao mesmo tempo, o mercador – cuja actividade mediada pelo dinheiro não consiste apenas em obter coisas que pretende usar em troca de outras que detém em excesso, mas antes em trocar coisas que para ele não têm qualquer «valor de uso» ou «utilidade» por dinheiro – tendia a conceber o sentido da sua actividade como uma prática orientada unicamente para a aquisição de dinheiro. Mais cedo

(5) Enquanto sem dinheiro a troca de um excedente do bem *A* por uma carência do bem *B* depende de se encontrar um detentor de *B* que precise de *A*, havendo dinheiro, o detentor de *A* pode obter dinheiro que usará na aquisição de *B* mesmo a alguém que não necessita de *A*.

que outros na sociedade o comerciante confundia as duas crematísticas e confundia esta crematística confundida com a própria economia. Aristóteles parecia querer avisar-nos que numa sociedade em que todos se transformassem em mercados estas duas confusões não poderiam deixar de se generalizar pondo em causa a afirmação de valores, ou virtudes, constitutivos da «vida boa» na cidade⁶.

Estranhamente, as preocupações de Aristóteles continuam a fazer muito sentido, porventura mais do que fariam na sociedade grega antiga. A economia é hoje, incomparavelmente mais do que no tempo de Aristóteles, um sistema de produção para a troca, não para o uso, orientado para a acumulação de riqueza, e a satisfação de «quereres» que se supõem ilimitados. As duas crematísticas de que falava Aristóteles estão cada vez mais confundidas e a economia fundida nelas. E essa economia com-fundida está a pôr à prova limites, para além dos quais, a própria vida deixa de ser sustentável.

Vale, efectivamente a pena, voltar a Aristóteles. O seu entendimento de economia como actividade distinta de enriquecimento, sem outro propósito que o próprio enriquecimento, e as suas premonições a respeito dos limites da economia confundida continuam a ajudar-nos a pensar o sentido de economia. Mas Aristóteles não podia antecipar em toda a sua extensão as consequências da expansão da economia confundida, não podia imaginar que ela poderia comprometer não só a possibilidade de «vida boa» na *polis*, mas a própria possibilidade de vida. Hoje temos a obrigação de ser mais precisos e claros na identificação dos limites que a expansão da economia confundida está a por à prova.

3. OS LIMITES DA ECONOMIA CONFUNDIDA

Os limites que estão a ser violentados são, em primeiro lugar, *morais*

Aristóteles pressentia que na economia confundida o dinheiro tendia a transformar-se numa medida do valor de todas as coisas⁷; e que essa metamorfose do dinheiro, de mediador das trocas em comensurante universal, poderia comprometer valores constitutivos da «vida boa» na *polis* que dificilmente admitem o

(6) Karl Polanyi, em meados do século XX notava que «só um génio de bom senso poderia ter sustentado [como fez Aristóteles] que o ganho era uma motivação peculiar à produção para o mercado, e que o factor dinheiro introduzia um novo elemento na situação» [Polanyi, Karl (1944/2001), *The Great Transformation – The Political Origins of Our Time*, Boston: Beacon Press, p. 83].

(7) «[P]roduzir riquezas [não é] função de um general ou de um médico, mas antes alcançar a vitória e a saúde, respectivamente. Ainda assim alguns transformam tudo isto numa questão de dinheiro, como se o dinheiro fosse o fim de tudo e tudo tivesse de se orientar para tal fim» (Aristóteles, *ibidem*, p. 83).

dinheiro como contrapartida: a justiça, a solidariedade, a amizade. O general pode comprometer a defesa da cidade e um médico a saúde do seu paciente quando o enriquecimento passa a ser o valor orientador das suas condutas. O mesmo sucede com o magistrado, em relação à justiça, com o cidadão, em relação à solidariedade, com o indivíduo, no seu círculo de afectos mais íntimos. Estes valores, ou virtudes como diria Aristóteles, são o cimento da vida colectiva na cidade ou, como hoje dizemos, o pré-requisito da *confiança*.

Dizem-nos que os valores ou virtudes morais que preocupavam Aristóteles referem-se a «esferas» jurídicas e políticas da vida social e não à economia. A economia confundida apresenta-se precisamente como um espaço das relações sociais sujeito às leis do magistrado, mas separado da moral. A concepção de economia que ainda hoje predomina, sustenta precisamente que os interesses, ou melhor, o desejo de enriquecimento, desde que enquadrados pela lei, são um guia mais seguro e mais consentâneo com o bem comum do que a moralidade⁸. Nesta perspectiva, a «sociedade de mercadores» assente no interesse, economizaria não só o bem escasso da virtude, como conteria as paixões violentas, revelando-se, ao fim e ao cabo, «civilizadora»⁹.

Acontece, no entanto, que os contratos – o arranjo institucional em que assenta uma «sociedade de mercadores» – dependem sempre, como se sabe, de alguma coisa não contratual a que habitualmente chamamos *confiança*. Se admitirmos que a *confiança* é precisamente um dos bens que não pode ser comprado e vendido sem sofrer uma degradação na transacção temos claramente identificado um limite (moral) para, além do qual, a própria «sociedade de mercadores» ficaria comprometida¹⁰. Se, como pressentia Aristóteles, a expansão da crematística artificial, ou da economia confundida, para lá de limites, tenderem efectivamente a socavar as virtudes morais em que se funda a *confiança*, aproximamo-nos do ponto em que a própria «sociedade de mercadores» deixa de ser sustentável, o que significa que os limites morais são também limites *económicos e sociais*¹¹.

(8) Ver Hirschman, Albert (1997/1977), *As Paixões e os Interesses*, Lisboa: Bizâncio. Esta concepção de economia reclama a inspiração de Adam Smith. No entanto, releituras contemporâneas da obra de Smith desautorizam esta interpretação. Ver, por exemplo, [Rothschild, Emma (2001), *Economic Sentiments: Adam Smith, Condorcet and the Enlightenment*, Cambridge, MA: Harvard University Press].

(9) Ver Hirschman, Albert (1982), «Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?», *Journal of Economic Literature*, 20, p. 1466

(10) A seguinte passagem muito citada de Kenneth Arrow é ilustrativa: «A *confiança* é um importante lubrificador num sistema social. É extremamente eficiente; ter um razoável grau de *confiança* na palavra de outras pessoas permite-nos evitar muitos aborrecimentos. Infelizmente, a *confiança* não é uma mercadoria que possa ser comprada com facilidade. Se temos de a comprar, ficamos logo com dúvidas acerca do foi comprado» [Arrow Kenneth (1974), *The Limits of Organization*, New York: W.W. Norton, pp. 23-24].

(11) Albert Hirschman, na sua discussão acerca de interpretações rivais da sociedade de mercado falava de «teses de autodestruição» para designar todas as perspectivas que sustentam que «a socie-

Estes limites estão efectivamente a ser postos à prova pela forma mais sofisticada de crematística contemporânea: a especulação financeira.

Especular é comprar barato seja o que for (bens, títulos) não para os usar, ou obter um rendimento, mas para os vender mais caros no futuro. Pouco importa que a especulação seja descrita nos manuais de economia com o termo moralmente neutro de *arbitragem* e que, de acordo com estes manuais, a arbitragem desempenhe a função socialmente útil de uniformizar os preços dos títulos, reduzindo os custos das transacções. Sob o disfarce de inocente arbitragem a especulação encerra consequências pesadas que afectam a própria viabilidade do capitalismo contemporâneo. Particularmente visíveis são os seus efeitos na relação de trabalho nas empresas – a base da economia.

John Maynard Keynes foi um dos economistas do século XX que melhor compreendeu e explicou os mecanismos da especulação. Em *A Teoria Geral*¹², Keynes relembra que tinha havido na história do capitalismo um tempo em que a propriedade e o controlo das empresas coincidiam no mesmo indivíduo e os empresários estavam ligados, para o melhor e para o pior, aos seus empreendimentos e, possivelmente, também aos que nele o acompanhavam. Constatava, no entanto, que a invenção das sociedades anónimas e dos mercados bolsistas havia modificado completamente esta situação.

Na sociedade anónima a empresa é decomposta em parcelas e cada parcela pode ser comprada e vendida sem envolver, necessariamente, o todo. Além disso, os mercados reavaliam-na ao minuto e dão aos agora accionistas, donos de parcelas, oportunidade para se desfazerem das suas partes, quando e se assim o entenderem, sem perdas substanciais.

As sociedades por acções pareciam portanto ser uma fantástica invenção institucional. Garantiam a rendibilidade que os tesouros não prometem e tinham a vantagem dos tesouros: estar à mão de semear para qualquer eventualidade. As acções e outros títulos são activos (mais ou menos) *líquidos*, isto é, que podem ser revertidos em dinheiro ‘vivo’ sem grande custo para quem os detém.

A especulação é um produto derivado da liquidez e é por isso que é moralmente dúbia, ou pelo menos tem consequências morais. Numa relação líquida (revertível a baixo custo), como aquela que os accionistas podem ter com as empresas, não há lugar para compromissos, obrigações mútuas ou laços duradouros. Numa

dade capitalista [...] exhibe uma pronunciada tendência para socavar a fundação moral em que qualquer sociedade, incluindo a variedade capitalista, deve assentar» [Hirschman, Albert (1982), «Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?», *Journal of Economic Literature*, 20, p. 1466].

(12) Keynes, John Maynard (1936/2010), *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, Lisboa: Relógio de Água.

relação que pode ser revertida a qualquer momento, quase sem custo, por uma das partes, não há lugar sequer para a noção de compromisso, ou obrigação¹³. Os compromissos e obrigações mútuas forjam-se em relações continuadas, com projecção no futuro. Como é sabido, entre a empresa e os accionistas líquidos não existem, em geral, laços duradouros nem promessas firmes. Os capitais voam leves de empresa em empresa, de continente em continente, sem conhecer dos poisos temporários mais do que uns poucos indicadores de rentabilidade.

Apesar disso, a economia continua a ser, e precisa de ser, composta, como sempre foi, por unidades de produção que não são entidades abstractas mas antes grupos de pessoas com laços entre si e raízes no espaço geográfico. Estas pessoas, para produzir, devem não só agir colectivamente, como relacionar-se com o exterior (clientes, fornecedores, credores, a vizinhança, o Estado central e local). A acção colectiva no interior da empresa e as relações com o exterior não podem ser, e nunca são, meramente contratuais.

Mas o capitalismo especulativo transforma a empresa num todo bastante desigual quanto à natureza das relações nela envolvidas. De um lado (entre trabalhadores, empresa e trabalhadores, empresa e clientes, fornecedores, credores, poderes públicos), temos compromisso, obrigações mútuas e confiança quanto baste para que a relação exista – fala-se mesmo às vezes de fidelidade – do outro (empresa e accionistas), temos liquidez, leveza, leviandade.

Na sua leveza o capital está sempre pronto a abandonar o barco, não necessariamente apenas quando o barco está a ir ao fundo, mas quando há outros barcos que parecem navegar mais depressa. Os que têm raízes no espaço geográfico, aqueles para quem as pertenças, as relações e os afectos são importantes, isto é, os seres humanos comuns, não podem, por muito que isso lhes seja recomendado, imitar o capital na sua leveza.

No entanto, a liquidez que caracteriza as relações entre o capital e a empresa tende a transformar-se em paradigma para todas as relações no interior da empresa e entre a empresa e o exterior. Flexibilidade é o nome dessa liquidez quando transposta para as relações entre trabalhadores e empresa, mobilidade, o que é aplicado às carreiras dos gestores. À luz do modelo da liquidez, trabalhadores e gestores poderiam e deveriam pairar sobre as empresas com a mesma leveza do capital. Se assim acontecesse (ou se acontecer) as empresas transformar-se-iam em locais onde os compromissos e as obrigações mútuas se tornariam tão implausíveis como o são nas relações que os accionistas móveis estabelecem com a empresa.

(13) A relação entre a «liquidez» tal como é entendida por Keynes e outras formas de «liquidez» extensivamente exploradas por Zygmunt Bauman é discutida em Caldas, José Castro (2008), «A Arte da Fuga: Os Mecanismos da Liquidez», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, 31-52.

Na realidade a liquidez é uma utopia, ou distopia, cuja tentativa de realização desencadeia na empresa tensões insustentáveis. A erosão da confiança e a tentativa de a substituir pelo medo (para os trabalhadores) e o dinheiro (para os gestores) torna a acção colectiva na empresa menos plausível. No limite, a empresa capitalista, presa da especulação financeira – a forma contemporânea mais sofisticada de crematística – pode deixar de ser sustentável em consequência da acumulação de tensões cuja origem é moral.

A outras escalas, os limites que estão a ser postos à prova são também *económicos e sociais*

O capitalismo financiarizado mostra-se incapaz de garantir a sustentabilidade do emprego e dos níveis de provisão. Isso mesmo é o que a regressão, ou estagnação do produto, anunciada pela crise dos 70 do século passado e confirmada na primeira década do século XXI, sugere. A informação estatística disponível (ver quadro 2) mostra que as economias «avançadas» transitaram de um regime de acumulação com taxas de crescimento relativamente elevadas nos anos 60 do século XX (superiores a 4%), para um regime de quase estagnação na primeira década do século XXI. Mostram também (ver quadro 3) que esta caminhada para a estagnação se traduz em incapacidade de gerar emprego, como se constata pela tendência crescente do desemprego nas mesmas economias «avançadas» entre 1960 e 2010.

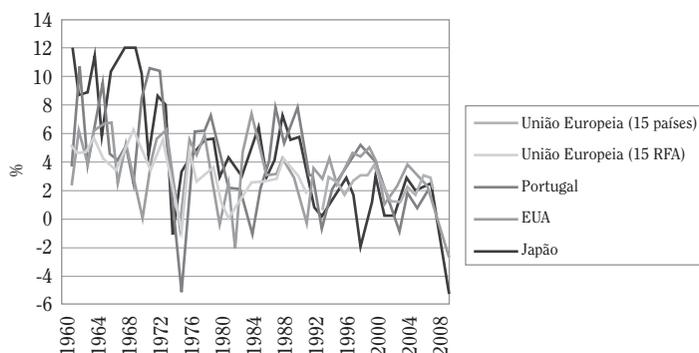
A crise actual foi desencadeada pela especulação financeira mas os mecanismos que a produziram, ligados à liberdade que os capitais conquistaram nas três últimas décadas, operam a níveis mais profundos. Não é preciso ir muito longe para encontrar uma boa descrição dos mecanismos geradores deste tipo de insustentabilidade. No próprio Fundo Monetário Internacional, uma instituição donde actualmente são emitidos, ocasionalmente, sinais de arrependimento e de revisão de crenças existem economistas que ajudam desvenda-los¹⁴.

De acordo com a perspectiva recente destes economistas do FMI, que parecem estar a redescobrir teorias das crises tão antigas como as de Malthus, Sismondi ou Marx, a crise actual, a exemplo da de 1929, seria um resultado de um conflito entre «dois grupos de famílias: os investidores que representam 5% da população, cujo poder negocial aumentou, e os trabalhadores que representam 95% da população»¹⁵.

(14) Kumhof, Michael e Rancièrre, Romain (2010), «Inequality, Leverage and Crises», IMF Working Paper WP/10/268.

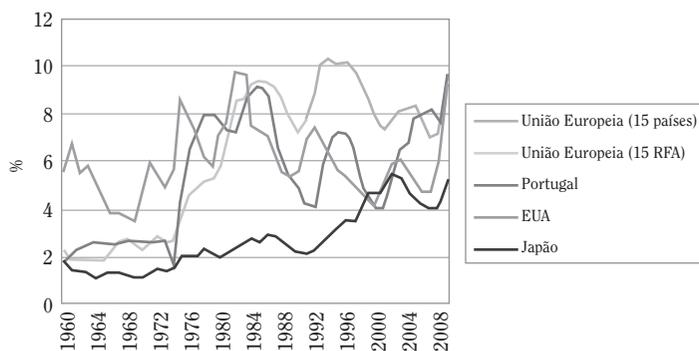
(15) *Ibidem*, p. 3.

Quadro 2: Taxa de Variação do PIB (1961-2009)



Fontes: AMECO

Quadro 3: Taxa de Desemprego (1960-2009)



Fontes: AMECO

Evitando discutir as causas do reforço do poder negocial dos «investidores» os economistas do FMI limitam-se a identificar factores como o pagamento dependente do desempenho (i.e. a generalização dos bónus), a quebra das taxas de sindicalização, a desregulamentação do mercado de trabalho, o aumento da concorrência externa ou a deslocalização de postos de trabalho. Na realidade, todos estes factores são explicáveis em última instância, pela liberdade de movimentos dos capitais, reconquistada na década de oitenta e pelo resultante acréscimo de poder dos capitais móveis sobre Estados e sociedades sujeitas à chantagem da fuga.

A consequência da alteração da correlação de forças entre «investidores» e trabalhadores, como notam os autores, é incontroversa e facilmente documentável a partir de estatísticas das economias «avançadas»: uma concentração do rendimento nos 5% mais ricos e uma estagnação senão regressão nos restantes 95%.

O mecanismo chave da crise residiria então no facto dos investidores aplicarem os seus capitais não em activos de capital que criam emprego mas em activos financeiros «baseados em empréstimos aos trabalhadores». Isso permitiu «aos trabalhadores limitar a redução do consumo que resultaria da sua perda de rendimento» mas gerou uma «elevada e muito persistente subida dos rácios dívida/rendimento» geradora de uma fragilidade financeira que conduziu à crise financeira¹⁶. Nesta explicação, a intermediação financeira e o crédito ao consumo dos trabalhadores, surge portanto como uma escapatória temporária ao que de outro modo se teria manifestado como uma «crise de sobre-produção». Não sendo certamente completa, e podendo valer mais para os EUA do que para economias «avançadas» onde outros factores terão mais peso – nomeadamente a necessidade sustentar a procura interna e o emprego à custa da despesa e do endividamento público – esta explicação expõe, de facto e a nu, a insustentabilidade da finança globalizada.

Num mundo em que os capitais fluem livres em busca não de boas, mas da melhor aplicação possível, em que os Estados e as sociedades concorrem entre si para os cativar, o «poder negocial» não pode deixar de se deslocar dos trabalhadores, dos sindicatos e mesmo dos Estados, para essas entidades sem corpo a que se convencionou chamar «mercados». Essa alteração da correlação de forças produz uma reconfiguração das instituições (da relação de trabalho à tributação) que favorece a concentração do rendimento no topo da pirâmide e um estreitamento relativo na base. A poupança concentrada no topo não se pode transformar em investimento «real» porque não existe procura solvente para a nova oferta. Resta-lhe transformar-se em crédito. Isso permite manter o consumo ao nível da capacidade produtiva algum tempo, mas não o tempo todo. O processo não é sustentável. Sabemos agora que o regime de crescimento baseado na expansão do crédito para consumo entrou, definitivamente, em colapso. A finança global mostrou ser economicamente insustentável: gerou mais desigualdade e mostrou-se incapaz de garantir a sustentabilidade dos níveis de provisão e emprego.

Depois da socialização das perdas das instituições financeiras ter transformado a crise numa crise da dívida soberana a Europa escolheu a via do ajustamento pela «austeridade» recessiva. O «ajustamento» pela via da austeridade recessiva apresenta-se com a urgência de dar garantias aos credores de que a dívida soberana poderá vir a ser paga um dia. Envolve assim a contracção abrupta da despesa pública com redução das despesas correntes e de investimento do Estado. Na lógica da austeridade recessiva está previsto o aumento do desemprego e a redução nominal dos salários na suposição de que, é possível, compensar o efeito reces-

(16) *Ibidem*, p. 3.

sivo na procura interna por uma redução das importações e um aumento das exportações.

Não se ignora já que o efeito combinado das recessões na zona euro e na União Europeia inviabiliza uma retoma das exportações intracomunitárias de todos os Estados membros. Agora, os EUA e os novos mercados emergentes são evocados como destino de exportações de uma economia europeia que adoptaria, em bloco, o modelo exportador alemão. O que a lógica da austeridade recessiva ignora, ao contrário das autoridades Norte Americanas e Chinesas, é o efeito recessivo que as escolhas da Europa podem ter na economia global. Anuncia-se então, no melhor dos cenários, uma década de estagnação ou recessão. E isto, para lá da frieza das estatísticas, significa desemprego de cada vez maior duração, incapacidade crescente de sustentar os regimes de apoio ao desemprego e às situações de pobreza e da generalidade das políticas sociais, precarização crescente das relações laborais – a antevisão de uma sociedade que ao empobrecer se divide reconstituindo a estrutura de classes que o *welfare* tinha atenuado.

Não admira portanto que as vozes que se interrogam acerca da *sustentabilidade política* desta sociedade, que ao empobrecer se divide, se vão tornado cada vez mais audíveis. O que está em causa é a sustentabilidade da democracia política e nem sempre é claro se os augúrios que se fazem ouvir exprimem a preocupação ou o secreto desejo de uma suspensão, sem termo definido dos direitos, liberdades e garantias.

Não sabemos o que se vai manifestar com mais premência: se os limites económicos, sociais e políticos de que até aqui falamos, se os limites *ambientais* com que abrimos este texto. Sabemos no entanto que estamos confrontados com um dilema difícil: do ponto de vista dos limites económicos, sociais e políticos, as pressões do presente apontam para a necessidade de crescer para desenvolver e de retomar o crescimento nas economias «avançadas» como forma de resolver a dívida, reduzir o desemprego, salvaguardar as conquistas civilizacionais do *welfare state*, garantir a viabilidade de democracia política e em última instância a paz; do ponto de vista ambiental, o imperativo aponta no sentido do «estado estacionário».

Arbitrar entre as diversas respostas a este dilema que circulam no espaço público – do optimismo tecnológico num extremo, ao «decrescimento» noutra, passando por um Keynesianismo verde que aposta no crescimento baseado em tecnologias verdes – não é ambição deste texto. Limitamo-nos a sugerir que, na procura de resposta, não se perca de vista a origem moral das diversas insustentabilidades da economia confundida: a comensuração de todos os bens facilitada pelo dinheiro e a mercadorização de todas as relações sociais.

4. A ECONOMIA AO SERVIÇO DO «BOM VIVER»

A acção humana a que a economia se refere – as actividades de uso e provisão—entendida por contraste com a crematística (artificial) está subordinada ao propósito da «vida boa». Esta concepção de economia implica, ao contrário do que a economia confundida sustenta, que toda a reflexão e debate se iniciem na definição dos fins a que a economia deve estar subordinada.

Lionel Robbins, um economista do século XX que acreditou toda a vida que a Economia podia e devia ser separada dos valores, pensava que os fins e as divergências acerca dos fins a prosseguir são sempre «um caso de vida ou de morte, ou de viver e deixar viver, dependendo da importância da discordância e da força relativa dos nossos oponentes»¹⁷. Para ele os fins ou valores não eram um objecto apropriado de reflexão racional, ou científica. Tal como os gostos eram preferências que não se discutem, ou ainda pior, objectos de disputa resolúvel apenas com a supressão de uma das partes.

Mas a Economia entendida em contraste com a crematística, a Economia Política, sustenta não só que os valores, tal como os factos, são um objecto apropriado de consideração e debate racional, como parte precisamente da reflexão e do debate acerca dos fins, encarando-o como um processo aberto e nunca finalizado. A discussão acima, acerca do sentido de «economia», partiu da ideia de que a economia tinha como finalidade garantir a provisão no respeito pelos limites da sustentabilidade moral, social, política e ambiental. Isso implica, ou parece implicar: (a) que as relações mercantis e as motivações aquisitivas a elas associadas não transbordem para ordens relacionais fundadas em valores e motivações distintas das que predominam no mercado; (b) que o acesso ao trabalho e ao rendimento não sejam condicionados por dinâmicas meramente mercantis; (c) que o acesso a alguns bens socialmente produzidos (justiça, saúde, educação, habitação) não esteja dependente da posse de dinheiro; (d) que a provisão e o uso de bens seja compatível com os imperativos da sustentabilidade ambiental.

As finalidades que a economia deve prosseguir não se apresentam como um todo harmónico. Referimos a contradição entre os imperativos do crescimento no presente e os da sustentabilidade ambiental. Esse é o dilema da actualidade que deve ocupar a primeira prioridade na agenda da Economia Política.

(17) Robbins, Lionel (1984 [1932]), *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 3.^a Edição, Londres: MacMillan. p. 150.